



Mídia Cristã e Ditadura Civil-Militar: Memória dos Silenciamentos no jornal *Expositor Cristão* da Igreja Metodista¹

Marcelo Moreira Ramiro²

Universidade Metodista de São Paulo

Resumo

Este artigo tem por objetivo investigar qual foi o papel do jornal *Expositor Cristão* da Igreja Metodista frente ao posicionamento político da denominação durante a ditadura civil-militar brasileira. Para isso serão identificados os ditos e os não-ditos em matérias publicadas pelo veículo no período em questão, relacionando os sentidos às dimensões constatadas pela Comissão Nacional da Verdade sobre as violações de direitos humanos com metodistas durante o regime. O referencial teórico buscará o diálogo entre os estudos sobre mídias cristãs no Brasil com conceitos sobre memória e silenciamento. O trajeto para o alcance do objetivo tomará por base metodológica a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como corpus o referido jornal em edições publicadas em 1968. Esse recorte foi proposto levando em consideração sua importância histórica. Trata-se do ano em que foi emitido o AI-5 (Ato Institucional Nº 5) e também o ano do fechamento da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista.

Palavras-chave: Memória; Comunicação; Ditadura Civil-Militar; Silenciamento; Consumo.

Mídia Cristã e consumo

O cristianismo tem uma relação estreita com a mídia. Desde os primórdios do movimento foram utilizados *meios* para o armazenamento e transmissão da mensagem: narrativas e orientações orais e escritas, cartas. No século XV, a prensa de tipos móveis de Gutemberg inaugurou um novo tempo de reprodução em massa do

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, consumo, memória: cenas culturais e midiáticas, do 6º Encontro de GTs de Pós-Graduação - Comunicon, realizado nos dias 14 e 15 de outubro de 2016.

² Jornalista, teólogo e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, e-mail: marcelomramiro@gmail.com



conteúdo, tendo a Bíblia como ponto de partida. Foi a primeira de uma série de revoluções midiáticas³.

Com base na missão de alcançar o maior número de pessoas, os meios de comunicação social se tornaram veículos indispensáveis para grupos religiosos cristãos. A presença no rádio, TV e o uso da internet são cada vez mais frequentes, ocasionando adaptações constantes na mensagem.

Esta tendência tem explicações: a utilização da mídia, especialmente entre os evangélicos, foi um recurso para a destacar a mensagem em meio à hegemonia dos católicos romanos. Leonildo Campos (2004, p. 148) afirma: “[...] os evangélicos precisaram criar, desde cedo, estratégias para ganhar adeptos e aumentar o seu rebanho na guerra contra outras modalidades de cristianismo, particularmente a católica”.

Os veículos midiáticos são vistos pelos protestantes como oportunidade de ampliar o alcance dos discursos. Isso explica porque os primeiros missionários norte-americanos chegaram ao Brasil, no século XIX, e logo publicaram jornais. A estratégia era ocupar espaços ainda não explorados para divulgação de uma nova visão de mundo.

Uma das primeiras providências do missionário presbiteriano Ashbel G. Simonton foi fundar, em 1865, o jornal semanal *Imprensa Evangélica*, e os metodistas, no final do século, o *Cathólico Metodista*, que depois muda de nome para *O Expositor Cristão*. A distribuição de livros entre os protestantes foi tão intensa que, no final do século XIX, já circulavam no Brasil jornais dos presbiterianos, batistas, metodistas e de outros grupos religiosos (CAMPOS, 2004, p. 148).

Por estar inserida na era da comunicação de massa, a religião recebe novos traços e se submete a alterações no contexto midiático. José Trasferri e Maria Érica Lima (2007 p. 34) afirmam que mudanças conceituais surgem quando são utilizados elementos “profanos” dos meios de comunicação. “Uma missa ou culto transmitidos via televisão ou rádio; uma bênção de um líder religioso transmitida a

³ Mais sobre revoluções midiáticas em NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012, p. 82-84.



quilômetros de distância dos fiéis pelos meios de comunicação; as orações e preces via internet dos sites religiosos, etc.”

A mídia alterou o cenário religioso, alargou as fronteiras da fé e possibilitou abordagens para novos públicos. Na obra *O Dossel Sagrado*, Peter Berger (1985 p. 149) reforça que o pluralismo é, acima de tudo, uma situação de mercado: “Nela, as instituições religiosas tornam-se agências de mercado e as tradições religiosas tornam-se bens de consumo. E, de qualquer forma, grande parte da atividade religiosa nessa situação vem a ser dominada pela lógica da economia de mercado”.

O pesquisador Luís Mauro Sá Martino (2003) denomina esse cenário de “religião *fast-food*”. As religiões precisam oferecer soluções rápidas e um serviço de fácil acesso para conquistar adeptos e adquirir espaço em meio a concorrência. Este é o ponto onde o espetáculo constitui-se elemento indispensável no processo de comunicação e consolidação das instituições.

A mídia alterou as bases da sociedade, influenciou as relações interpessoais e construiu um sistema imagético formador de uma nova cultura. No conjunto de símbolos e emoções, inseriu a lógica do entretenimento em grande escala, alimentando a era do espetáculo, até mesmo no meio religioso. A midiatização do cristianismo inaugurou uma nova forma de pensar, agir e se relacionar.

Uma parcela deste processo será tratada nesta pesquisa: o valor dado pelas igrejas protestantes, particularmente a Metodista no Brasil, aos veículos informativos.

Memória

“Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”, provoca Pierre Nora (1984, p. 7). De fato, as lembranças do passado são ressignificadas a partir dos sentidos da pós-modernidade. Isso porque o conteúdo da memória coletiva está permeado de interesses dominantes, marginalizando memórias individuais coercitivas.

Os questionamentos sobre memória perpassam a formação identitária do ser humano. Por meio da memória o indivíduo se torna quem é e estabelece vínculos



entre o passado, presente e futuro. A ponte que possibilita tal construção não pode ser “pura” em si mesma, mas fornece um caminho essencial para o estabelecimento da ordem e do equilíbrio social.

A memória em cada pessoa é construída em contato com a memória coletiva estabelecida nos grupos de transmissão como a igreja, escola, família e a sociedade em geral. No entanto, a construção é marcada por desvios intencionais ocasionados por rupturas na história. São vazios nas lembranças geradores de silêncios e distanciamento.

Os processos ideológicos cercam as relações sociais e maculam os sentidos discursivos. Ao ser afetada, a memória interfere diretamente na formação da identidade do indivíduo e alimenta um círculo vicioso de dominação e poder.

Atentar para a abrangência do termo é um ponto de partida importante para evitar a subjetividade, que limita a formação da memória apenas ao âmbito individual. Maurice Halbwachs reforça a importância deste conceito ao afirmar que o indivíduo nunca está só e, por isso, sempre será lembrado a partir da relação com o outro.

....nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós (HALBWACHS, 1990, p. 26).

A memória é construída a partir da interseção entre o individual e o coletivo, com elementos do passado e do presente. Assim como a identidade se forma a partir das relações com o outro, a memória se caracteriza por sofrer influência do meio social. Desta forma não existe uma lembrança pura, pois está permeada com experiências do presente que influenciam diretamente na forma como e por quê essa lembrança será evocada.

Dessa forma é possível compreender porque a memória não está relacionada a um esforço subjetivo, mas sim coletivo e social. Para Halbwachs (1990, p. 77) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e “este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”.



A relação do indivíduo com a memória reforça o que Halbwachs chama de “comunidade afetiva”, marcada pela coesão social entre pessoas de partilham dos mesmos traços afetivos. Assim, a construção da identidade por meio da memória é um instrumento que mantém a ordem e delimita os excessos do grupo.

Michael Pollak, entretanto, aponta que há um problema na uniformização proporcionada pela memória coletiva:

...ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4).

A memória não está fixa no passado. Ela se ressignifica no presente por meio de diversos filtros instalados nas interações sociais. Inegável, no entanto, é a importância das lembranças transportadas da imaginação para a realidade.

Lembranças do passado são evocadas por causa da relação com o outro no presente. O gatilho da memória se dá a partir do vínculo atual do indivíduo com o meio em que está inserido. Há uma relação de estreita dependência entre memória e identidade, uma vez que são construídas e ativadas no sistema social.

Cornelius Castoriadis (1995) argumenta a identidade é construída com base nas lembranças, que permitem repostas às perguntas fundantes: Quem somos nós? O que queremos, o que desejamos, o que nos falta? Por meio do fazer social essas repostas vão sendo construídas, com base nas imagens que os indivíduos têm do mundo. A relação com as imagens do passado é de extrema significação para a consolidação do presente.

Silenciamento



Após a conceituação da memória e seus desdobramentos será possível analisar o discurso presente silenciamento. Para Michel Pêcheux⁴ a análise de discurso não trata somente da linguagem, mas também de enunciações históricas, sociais e ideológicas. Pêcheux, como explica Orlandi (1997, p.17), analisa o discurso como lugar de contato entre língua e ideologia. Ou seja, trabalha a materialidade de linguagem considerando a subjetividade e os sentidos discursivos da enunciação.

Desta forma, a análise leva em conta o processo dialógico sociodiscursivo para a construção de sentidos. Ampliar a abordagem para além dos aspectos linguísticos abre caminho para a construção de outros discursos tendo como referência o contexto e o lugar do debate. Pêcheux (1997, p.77) afirma que um discurso é sempre pronunciado a partir das condições de produção dadas.

É possível afirmar que o dizer tem relação com o não dizer e vice-versa. Levando em consideração essa premissa, ao redor de um discurso há uma série de outros discursos a serem analisados a partir do não-dito, que recebem significados conforme a orientação contextual, a ideologia e a formação discursiva.

Na análise de discurso há outra forma de estudar o não-dito, que é por meio do silêncio. “Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode ser sempre outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz, todos esses modos (...) do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é fundante”, afirma Orlandi (1997, p.14).

O silêncio recebe sentido pois está envolvido no imaginário dos processos discursivos. Para sua compreensão, vale-se de todo o aporte histórico, social e ideológico requerido a partir da configuração da linguagem. O silêncio na narrativa, portanto, não esconde o discurso. Aspectos do não-dito podem ser analisados pois expressam significados e remetem a outros discursos.

Considerar tais aspectos constitui-se em um caminho importante na análise de discurso, uma vez que o silêncio pode ser encontrado tanto em um discurso imposto

⁴ Michel Pêcheux, filósofo francês que deu início à Análise de Discurso na França, foi o fundador dos estudos que discutem sobre como a linguagem está materializada na ideologia e como se manifesta na linguagem, estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia (ORLANDI, 2005).



como em um discurso reprimido. De qualquer forma, a percepção recebe novos parâmetros e leituras na medida em que o conteúdo não-dito vai sendo desvendado. Orlandi (1997, p. 31) vai mais além, afirmando que a significação do silêncio “é o real do discurso”.

O real não necessariamente se traduz em linguagem. Assim, o silêncio deve ser entendido como sentido significante, que não possui natureza verbal e não-verbal. Orlandi (1997, p. 39) observa que o “silêncio, mediando as relações entre linguagem, mundo e pensamento, resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e significa de outras e muitas maneiras.

Orlandi (1997, p. 54) destaca duas formas de silêncio: fundante e política de silêncio (silenciamento). A primeira forma indica que o silêncio possui uma significação e a segunda ressalta que ao dizer algo, necessariamente, estará escondendo outros sentidos.

Este ponto é importante para análise do discurso do jornal *Expositor Cristão* no período da ditadura civil-militar. Na política de silenciamento, existe um recorte do discurso para que este se sobressaia. “Há pois uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’”, ressalta Orlandi (1997, p.54).

O silenciamento vai além do silêncio propriamente, pois tira de cena um discurso desencadeando uma série de desdobramentos ideológicos. Embora o jornal *Expositor Cristão* não tenha vivenciado um período declarado de censura, é importante compreender essa forma de silenciamento categorizada como silêncio local. Neste caso, o silêncio é imposto para reprimir determinados sentidos. Há um jogo ideológico de repressão, porém o não-dito permanece com significado e sentido.

Orlandi (1997, p.81) ressalta que “no autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que lhe são proibidos”. Desta forma, a censura compromete a identidade discursiva.



O silenciamento local instala o medo e afeta a informação. No período em que se instala a censura, como vivenciado no Brasil durante a ditadura civil-militar, mesmo quando não havia repressão direta, as marcas se faziam presentes:

Eram os dias em que a tortura e a morte ameaçavam qualquer signo que deixasse supor uma discordância com o regime militar. Por medo, já havíamos introjetado a censura, isto é, cada um experimentava na sua própria intimidade, os limites do dizer (ORLANDI, 1997, p.117)

Assim, a análise do não-dito promove a possibilidade de descobertas discursivas essenciais para a compreensão da enunciação. Porém, com o silêncio é possível ultrapassar o sentido do não-dito “como aquilo que pode dizer mas não é preciso (...) para se atingir o funcionamento da significação em que está em jogo a constituição mesma do processo de significar e o ponto de efeito discursivo de onde falam as outras palavras”, salienta Orlandi (1997, p.177).

Golpe civil-militar no *Expositor Cristão*

O *Expositor Cristão* é o jornal do ramo protestante mais antigo ainda em circulação no Brasil. Foi fundado em 1886 pelo missionário metodista norte-americano John James Ranson. O periódico é o órgão oficial da Igreja Metodista e, ao longo dos 129 anos de história, se tornou o principal meio de informação dos metodistas, narrando fatos relevantes do país e da denominação.

Porém, o caráter jornalístico-informativo do *Expositor Cristão* pode ser questionado no período da ditadura civil-militar brasileira. A edição de 1º de abril de 1964 foi publicada no dia seguinte ao golpe dos militares. “Como era de esperar, não houve menção ao fato, em grande medida justificada por questões operacionais e de desencontro de informações”, argumenta Vasni de Almeida (2014, p. 6).

Porém, na edição seguinte, lançada em 15 de abril, também não houve posicionamento da liderança nacional da Igreja Metodista em relação ao golpe. Não há ainda menção aos acontecimentos que marcaram a história do país nas duas edições do mês seguinte. A esta altura o tema recebia notoriedade por todo o país,



fazia parte dos noticiários e da mídia, já que a censura ainda não havia sido instaurada.

Sem entrar em detalhes acerca dos fatos que ocorriam, a primeira publicação do *Expositor Cristão*, abordando indiretamente o regime civil-militar, encontra-se na contracapa da edição do dia 1º de junho de 1964, página 16, com o seguinte título em letras maiúsculas: crise nacional. O texto, assinado pelo pastor Newton Paulo Beyer, da Igreja Metodista Central de Porto Alegre, declara aos leitores metodistas que o Brasil foi sacudido por uma crise de grandes proporções, mas que a igreja não deve tomar partido diante da situação.

A postura oficial da Igreja Metodista de não se envolver diretamente com as crises ocasionadas a partir do golpe civil-militar, foi duramente criticada pelo grupo que compreendia a salvação total do homem, como explica Reily (2003, p. 341). “A juventude universitária e os acadêmicos de teologia pleiteavam uma Igreja mais voltada para a ação social e a política, e exigiam as mudanças estruturais necessárias para tanto”.

O movimento ecumênico e as reações da juventude foram interpretados como subversivos pela liderança da Igreja Metodista. Essa divergência ideológica repercutiu no *Expositor Cristão*, que foi utilizado como um importante veículo para difundir o discurso anticomunista dominante. Em julho de 1964, três meses após do golpe, um novo editor assumiu o comando do jornal: o Rev. José Sucasas, que atuou como informante do DOPS⁵ a partir de 1969⁶.

Crise na Igreja Metodista em 1968

As divergências teológicas e ideológicas presentes na Igreja Metodista se tornavam cada vez mais acirradas. “Inaugurava-se, assim, a passagem do ‘diálogo’

⁵ “DOPS” significa Departamento de Ordem Política e Social, criado pelos militares para manter o controle do cidadão e vigiar as manifestações políticas na ditadura.

⁶ No Diário do Bispo Isaías Sucasas, irmão do Rev. José Sucasas, há mais informações sobre a atuação dos irmãos como informantes do DOPS.



para a ‘oposição’ à juventude, nos mesmos moldes que o regime militar se opunha à juventude universitária brasileira” (SAMPAIO, 1998, p. 56).

O ápice da crise ocorreu com o fechamento da Faculdade de Teologia em São Bernardo do Campo/SP, em 1968. As causas são diversas. Em 1967, as relações já estavam estremecidas, mas ficaram ainda piores quando os formandos convidaram o arcebispo de Olinda/PE Dom Helder Câmara, grande defensor dos direitos humanos no regime militar, para ser o paraninfo da turma.

Os conflitos também se acirraram com as denúncias de que o Centro Acadêmico da Faculdade de Teologia estava ligado a União Estadual dos Estudantes (UEE), de São Paulo, vinculada à União Nacional dos Estudantes (UNE), que havia sido colocada na ilegalidade pelo governo militar.

As denúncias foram feitas pelo Gabinete Episcopal da V Região Eclesiástica e pelo plenário do Concílio Regional da II Região Eclesiástica. Os documentos também alegavam quebra de costumes metodistas por parte dos alunos, a preocupação com o tipo de ensino que era ministrado pelos professores, participação dos alunos em atividades estranhas ao currículo da Faculdade e atitudes irreverentes dos seminaristas durante os concílios regionais (SCHMIDT, 2008, p.83).

O clima entre os alunos, professores e a diretoria não era estável. Tanto que os estudantes resolveram fazer uma greve contra a centralização de autoridade e acúmulo de funções pela reitoria, inadequação do currículo para o ministério, pressão sobre o corpo docente, contratação de empregados desqualificados e até o descumprimento do cardápio do restaurante (SAMPAIO, 1998, p.129).

Os estudantes acreditavam que com a greve seriam ouvidos e suas propostas para a igreja tomariam novas proporções. No entanto, a postura dos alunos foi vista como ultraje e o Conselho Diretor da instituição decidiu suspender as aulas a partir de 8 de maio. As dependências deveriam ser fechadas e os alunos voltariam às suas regiões de origem.

A edição de 15 de maio de 1968 do jornal *Expositor Cristão* publicou uma nota do Conselho Diretor anunciando a decisão. Pelo documento, os metodistas foram



informados que uma reunião com todo o Conselho Diretor, bispos e secretários regionais de educação cristã seria realizada para tratar sobre o problema.

No jornal de 1º de junho de 1968 há outra notificação assinada pelo presidente do Conselho Diretor José Nicolau Lemos, anunciando a reabertura das aulas a partir do dia 6 de junho. A decisão durou pouco. A situação tomou proporções ainda mais graves quando o Gabinete Geral da Igreja Metodista resolveu intervir. Em reunião nos dias 18 a 22 de junho a liderança terminou a interrupção de todas as atividades da Faculdade.

Na mesma edição do *Expositor Cristão* de 1º de junho de 1968 o Gabinete Geral informou os metodistas que a decisão final era pelo fechamento da Faculdade até o final do ano letivo. Foi suspensa toda a estrutura administrativa, professores e funcionários foram demitidos e os seminaristas retornaram às suas regiões de origem.

O texto não veio acompanhado de mais informações sobre o ocorrido. Apenas na edição seguinte, de 15 de junho de 1968, o *Expositor Cristão* publicou mais detalhes, por meio de um pronunciamento oficial do Gabinete Geral da Igreja. A sindicância instalada para apurar os fatos confirmou as denúncias contra os estudantes.

O fechamento da Faculdade de Teologia foi o ponto alto da crise da Igreja Metodista na década de sessenta. A queda de braço entre as diferentes posturas teológicas e ideológicas tinha íntima relação com o cenário político brasileiro. Como era de se esperar, a decisão do Gabinete Geral gerou reações favoráveis e contrárias e culminaram na realização do II Concílio Geral Extraordinário entre 6 e 8 de setembro de 1968 em Piracicaba/SP. O conclave seria uma oportunidade de pôr fim à crise, porém a liderança da Igreja Metodista tinha outra disposição.

Mesmo com tentativas de diálogo, o poder que propagava as ideias hegemônicas da salvação prioritária da alma e o combate aos ideais comunistas predominou. Nota-se uma estrutura de sentimento emergente brutalmente sufocada na história da Igreja Metodista.



Assim como ocorreu na sociedade brasileira, as utopias da juventude metodista foram interrompidas pela força. Alguns dos jovens que assinaram o documento acima foram presos e torturados. Muitas atrocidades cometidas na época foram apuradas pelo Grupo de Trabalho “O Papel das Igrejas durante a Ditadura” no relatório final da Comissão Nacional da Verdade⁷.

O texto intitulado: *violações de direitos humanos nas igrejas cristãs*, apresenta diversas informações e relatos detalhados de violência contra católicos e protestantes durante o regime. A Igreja Metodista teve clérigos e leigos como vítimas do regime. “Adahyr Cruz e Onésimo de Oliveira, estudantes de Teologia da Igreja Metodista, presos por um dia, pelo DOPS, em São Paulo, em 1966, depois de participarem de uma passeata contra a proposta de reforma universitária”, revela o relatório (2014, p.179).

O metodista Derly José de Carvalho, envolvido na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP, foi preso em maio de 1969, quando, segundo o relatório sofreu tortura. Outro jovem metodista Renato Godinho Navarro, foi preso no mesmo ano em Belo Horizonte, cumpriu pena no quartel do Exército no Forte Barbalho, Salvador/BA, onde foi torturado na fase inicial:

No Forte Barbalho passei por sessões de tortura física e psicológica — pau de arara, choques elétricos, principalmente na cabeça e nos órgãos genitais, e sempre com os olhos vendados. Após várias sessões, desmaiei. Quando acordei estava na cela e não conseguia me levantar. Acredito que devido aos choques elétricos. O processo de colocar-me de pé se deu de forma progressiva. Dependo na fase inicial de apoiar-me nas paredes da cela. A cela era um porão com grades na entrada e sem nenhuma janela. Sem nenhum tipo de instalação sanitária (Relatório CNV, 2014, p.180).

Outro caso de prisão e tortura ocorreu com o jovem Anivaldo Pereira Padilha, que atuava no movimento de juventude da Igreja Metodista e ecumênico nos anos 1960. Porém, este caso merece maior atenção, pois houve, segundo o relatório,

⁷ Instalada em maio de 2012, a CNV foi criada para apurar, esclarecer, indicar as circunstâncias e a autoria, as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 (o período entre as duas últimas constituições democráticas brasileiras) com o objetivo de efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional.



delação por parte dos irmãos – Rev. José Sucasas (redator do *Expositor Cristão* na década de 1960) e Bispo metodista Isaías Sucasas (28 de agosto de 1969).

Anivaldo Padilha e outros metodistas membros da Igreja Metodista Central em São Paulo foram presos e torturados pela Operação Bandeirantes (Oban). A Comissão Nacional da Verdade também apurou o número de protestantes entre os mortos ou desaparecidos por conta das ações dos órgãos de repressão do regime militar. São sete, entre eles, três metodistas: os irmãos desaparecidos Daniel José de Carvalho, 28 anos e Joel José de Carvalho, 26, Heleny Telles Ferreira Guariba, 30, desaparecida e Devanir José de Carvalho, morto aos 28 anos.

Quatro metodistas foram exilados: Ana Maria Ramos Estevão (1973, França), Anivaldo Pereira Padilha (1971, Chile, EUA e Suíça), Claudius Ceccon (1970, Suíça) e Domingos Alves de Lima (1970, Chile e Canadá).

A crise deixou marcas profundas na Igreja Metodista e repercutiu nos anos posteriores. “A juventude da igreja foi proibida de ser organizar como federação, dado o receio de novos tumultos. Mesmo os discursos de envolvimento social da igreja arrefeceram”, conta Vasni (2014, p.67).

Considerações Finais

A década de sessenta foi marcada por transformações sociais, políticas e culturais no Brasil e no mundo. Destaque para os movimentos da juventude com novos ideais, levando ao auge o que ficou conhecido como contracultura. Uma série de transformações aconteciam no Brasil e no mundo em consequência do binarismo – conservador e progressista.

Na Igreja Metodista, este foi o ano do ápice de uma crise sem precedentes. As tensões culminaram no fechamento da Faculdade Teologia e retirou do ministério pastoral cerca de 70 jovens estudantes da instituição, escancarando as divergências políticas, teológicas e ideológicas presentes na denominação.

Em meio aos acontecimentos de tamanha proporção, o jornal *Expositor Cristão* não apresenta com clareza os fatos do período. Entretanto os não-ditos



revelam sentidos discursivos que vão além da linguagem ou propriamente do silêncio. Com base no que foi publicado no jornal, e, no que não foi, pode-se analisar o posicionamento editorial do periódico e da liderança nacional da denominação ao longo do regime.

Tal análise exige uma compreensão do contexto histórico e teológico em que a Igreja estava inserida, pois aponta para uma herança pietista focada em uma religiosidade voltada para a dimensão transcendental. Ou seja, havia um estímulo ao descompromisso com as questões terrenas – causas políticas, sociais e econômicas, pois a missão consistia em alcançar o céu e a salvação pós-morte.

Este pensamento teológico aliado ao esforço anticomunista e a submissão à autoridade instituída corroborou para que Igrejas Católicas e Protestantes atuassem de forma conivente com a violência, prisões, torturas, mortes, desaparecimentos e exílios, violando os direitos humanos daqueles que se posicionassem contrariamente ao regime⁸.

A configuração deste contexto cria um pano de fundo importante para a compreensão dos ditos e não-ditos do jornal *Expositor Cristão* durante a ditadura militar. O silêncio não demonstra, portanto, um desconhecimento dos fatos, mas consiste em uma opção de não dizer determinadas informações.

O caso do *Expositor Cristão* chama a atenção após as revelações da Comissão Nacional da Verdade. Além das prisões, torturas e violência contra metodistas, o relatório revela a conivência de líderes metodistas com o regime. O pastor metodista José Sucasas Jr., que foi redator do *Expositor Cristão* na década de 1960, e o bispo metodista Isaías Sucasas, acusaram e delataram jovens da Igreja aos militares.

A relação da cúpula da Igreja Metodista, que controlava a linha editorial do jornal, com o governo militar traz luz ao silenciamento nas páginas do periódico. O não-dito relaciona-se ao discurso que encontra sentido no movimento na memória e revela-se além da linguagem.

⁸ Cf. Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.



Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Vasni de. **Metodistas e Ditadura Militar no Brasil: Silêncios, Contestação, Ensino**. In *Mnemosine – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG*. Campina Grande: PPGH, 2014. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/Revistas/Vol%205%20Num%20Especial%20-%202014.pdf> Acesso em: 26 ago.2015.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. **REVISTA USP**, São Paulo, n.61, p. 146-163, 2004.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. Vols. I, II e III.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- JORNAL EXPOSITOR CRISTÃO. São Bernardo do Campo: Faculdade de Teologia.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso**. São Paulo: Paulus, 2003.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução por Yara Aun Khoury. In *Les lieux de la mémoire*. V. I: La republique. Paris-França, Gallimardi, 1984. p. XVII-XLII.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas-SP: Editora Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pecheux*. 3ª Ed. Campinas-SP: Editora Unicamp, 1997.
- PINHEIROS; BETTS. Gabinete Geral da Igreja Metodista no Brasil. **Expositor Cristão**, São Paulo, p. 8, 15 jan. 1968
- POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, 1989.
- REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 1993.
- SAMPAIO, Jorge Hamilton. **Sobre sonhos e pesadelos da juventude Metodista brasileira nos anos sessenta**. 256 f. Tese. (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998.
- SCHMIDT, Augusto Schimidt. **Herdeiros de uma tradição: uma investigação dos fundamentos teológicos-ideológicos do conservadorismo Metodista na crise da década de sessenta**. 216 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.